

As Minas setecentistas e autorias femininas na história e crítica de arte

[*Eighteenth-century Minas and female authors in art history and criticism*]

Paula Ferreira Vermeersch¹

RESUMO • Na história e na crítica de arte brasileiras, o chamado barroco mineiro foi objeto de estudo de pesquisas consideradas hoje fundamentais na compreensão dos fenômenos artísticos no país. A partir do exame de textos de Judith Martins (1903-2000), Hanna Levy (1912-1984) e Myriam Ribeiro de Oliveira (1943), a importância destas autoras na consolidação da área de estudos sobre as artes em Minas Gerais do século XVIII é ressaltada, dentro de um panorama mais amplo de atuação de mulheres, responsáveis pelo estudo, catalogação e preservação do patrimônio das cidades históricas mineiras. • **PALAVRAS-CHAVE** • Século XVIII; Minas Gerais; história e crítica. • **ABSTRACT** • In

Brazilian history and art criticism, the so-called mineiro baroque was the object of study in researches considered fundamental today in the understanding of artistic phenomena in the country. From the examination of texts by Judith Martins (1903-2000), Hanna Levy (1912-1984) and Myriam Ribeiro de Oliveira (1943), the importance of these authors in the consolidation of the area of studies on the arts in Minas Gerais in the 18th century is highlighted, within a broader panorama of the work of women, responsible for studying, cataloging and preserving the heritage of the historical cities of Minas Gerais. • **KEYWORDS** • XVII Century; Minas Gerais; history and criticism.

Recebido em 15 de fevereiro de 2023

Aprovado em 1º de dezembro de 2023

VERMEERSCH, Paula Ferreira. As Minas setecentistas e autorias femininas na história e crítica de arte. *Rev. Inst. Estud. Bras.* (São Paulo), n. 87, 2024, e10677.



Seção: Dossiê

DOI: 10.11606/2316901X.n87.2024.e10677

¹ Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp, Presidente Prudente, SP, Brasil).

As artes das Minas setecentistas foram, ao longo de décadas, objeto de textos fundamentais tanto da crítica quanto da história da arte no Brasil. Tanto autores brasileiros considerados basilares, como Mário de Andrade (1893-1945), Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969), Affonso Ávila (1928-2012), Sylvio de Vasconcellos (1916-1979), quanto estrangeiros que vieram ao país ou se interessaram por temas relativos ao patrimônio nacional, como Germain Bazin (1901-1990), Robert Chester Smith (1912-1975), John Bury (1917-2017) e Victor Tapié (1900-1974), deixaram estudos que são base de muito do que se sabe hoje sobre as pinturas, esculturas, construções, músicas e poemas feitos na região mineradora no século XVIII.

Mas existe um traço tanto dos textos de crítica, voltados para a análise de exposições ou propostas de curadorias, quanto nos de história da arte, como disciplina universitária ou área de especialidade nos órgãos de salvaguarda patrimonial, que versam sobre as artes mineiras do Setecentos: a presença marcante e decisiva de mulheres. Essas autoras, atualmente, são citadas, estudadas e consideradas fundamentais, tanto quanto os autores homens. Para qualquer estudante de arquitetura, artes plásticas, literatura ou música, que se interesse pelas produções do período, os trabalhos dessas autoras serão muitas vezes a chave para qualquer iniciativa de estudo ou ensino. Essas vozes femininas dão o tom de partes decisivas dos debates, e a ideia, aqui, não é evidentemente esgotar todas as possibilidades de interpretações que seus textos inauguraram e sugerem. O objetivo é bordar algumas figuras e deixar que outras continuem com esses delicados e importantes trechos de erudição sobre as artes mineiras.

As primeiras analistas do patrimônio histórico e artístico de Minas Gerais foram as servidoras fundadoras do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), mais tarde Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) (CAMPOS, 2020). O órgão, fundado em 1937, ficou famoso pela equipe de mulheres que circundava o diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade e que se dedicou a imensas tarefas de catalogação, estudo e propostas de intervenção em diversos estados do

país. Os acervos mineiros, dispersos em várias cidades, foram cuidadosamente consultados por elas. Escreve Lúcio Costa sobre o momento “fundador” do Sphan:

No início ele [Rodrigo Melo] tinha uma corte de moças, a começar pela bonita e inteligente Judith Martins, que foi o seu braço direito: além de secretária e colaboradora, discutia de igual para igual todos os problemas da repartição. Hércia Dias, Maria de Lourdes Pontual, Nair Batista, não se limitavam às tarefas burocráticas normais, procediam a estudos e elaboravam trabalhos sugeridos e orientados pessoalmente por ele. (COSTA, 1986, p. 6).

Judith Martins (1903-2000), mineira, natural de Juiz de Fora, é lembrada sempre em todas as histórias do Iphan como uma figura indispensável tanto no estabelecimento das rotinas e práticas do órgão, quanto como pesquisadora. Mesmo depois de sua aposentadoria compulsória, em 1973, continuou a ser frequentadora assídua do Arquivo Central do órgão e auxiliar colegas e visitantes. No depoimento de muitos dos que a conheceram, é lembrada pela generosidade e firmeza de propósitos. Tais características se fazem notar nos depoimentos dados por ela aos funcionários do Iphan das gerações seguintes. Judith conta que começou como datilógrafa, batendo à máquina “catataus” de Mário de Andrade, sem nada compreender (THOMPSON, 2009, p. 32). Aos poucos, segundo sua narrativa, foi ganhando mais e mais tarefas e entendendo melhor o que poderia fazer ali. Entrou no órgão em 1936 e, três anos depois, publicou na revista do próprio Sphan seu primeiro trabalho, um estudo bibliográfico sobre Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho (1738-1814). Judith Martins buscou comentar, de forma sucinta, tudo o que se escrevera até então sobre o artista ouro-pretano.

A iniciativa de Judith Martins em trazer todas as fontes e comentários sobre Aleijadinho foi uma das estratégias usadas por Rodrigo Melo Franco de Andrade para dar fim a inúmeras controvérsias sobre a biografia do artista escrita por seu bisavô, Rodrigo José Ferreira Bretas (1814-1866). O primeiro artigo de Judith, de 1939, foi o início de um trabalho de organização e redação de 83 notas para uma nova edição da biografia de Bretas, considerada até hoje como “definitiva”, publicada pelo Sphan em 1951 (OLIVEIRA, 2014, p. 5). Nas notas, Judith publica trechos de documentos manuscritos, coligidos em Mariana, Ouro Preto, Sabará, São João del Rey, Belo Horizonte por funcionários do Sphan ou pesquisadores colaboradores. Esse cuidado na transcrição de atas, recibos, documentos régios permitiu tanto às equipes do Sphan quanto a estudiosos brasileiros e estrangeiros, a compreensão mais exata das realizações de Antônio Francisco Lisboa no Santuário de Congonhas, nas Igrejas de São Francisco de Assis de São João del Rey e Ouro Preto. Sem esse esforço de Judith, segundo Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, um importante passo seguinte não teria sido dado:

Este estudo histórico deu embasamento seguro às análises de Germain Bazin, de natureza formal, estilística e iconográfica, nos setores arquitetônico, ornamental e escultórico que diversificam a produção artística do Aleijadinho. Redigido a convite do próprio Rodrigo

Melo Franco e publicado em Paris no ano de 1963 o livro continua ainda hoje a referência fundamental sobre o genial artista mineiro. (OLIVEIRA, 2014, p. 5).

Germain Bazin, crítico, curador e historiador da arte francês, depois de servir ao Exército de seu país na Segunda Guerra Mundial, retornou ao Museu do Louvre, onde fora aluno, e se tornou professor. Em 1951, foi nomeado curador-chefe do Museu e, nos anos do pós-guerra, esteve no Brasil tanto a serviço do governo francês quanto com recursos próprios, tendo apoio irrestrito das equipes do Sphan (URIBARREN, 2022, p. 9). Myriam Ribeiro de Oliveira, como vimos, tanto identifica a importância desse apoio na empreitada de Bazin quanto indica a centralidade do livro *Aleijadinho et la sculpture baroque au Brésil*, publicado em Paris por Bazin em 1963. Há uma discussão bibliográfica mais recente sobre as implicações das teses de Bazin e a leitura que Myriam faz delas (URIBARREN, 2022, p. 6); de qualquer forma, para o escopo da discussão proposta neste texto, é importante mencionar a visão de que nada teria sido possível sem a constante força de Judith Martins.

Mas Judith ficaria célebre na historiografia artística brasileira por outra obra. A secretária e pesquisadora do Sphan, tanto em visitas a Minas quanto por correspondência com servidores e colaboradores, começou a redigir, a partir de nomes e datas, fichas que se tornariam o *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais* (1974). Sem os dois volumes do *Dicionário*, nenhuma pesquisa sobre as artes mineiras do Setecentos e do Oitocentos pode ser feita. A abrangência e a precisão do *Dicionário*, que traz o nome, datas, tipo de fonte encontrada (ofício, carta de liberdade, batismo, casamento, óbito, recibo) e a localização dessas fontes (arquivos de arquidioceses, dioceses e paróquias, cúrias, ordens, irmandades, arquivos municipais e o Arquivo Público Mineiro), é algo digno de nota e inspirou as gerações seguintes de pesquisadoras. Também na memória de muitos, Judith e suas fichas e a vontade de ajudar quem se apresentasse ao Arquivo Central do Iphan se tornaram símbolos do apreço com o patrimônio.

O curioso é que uma obra tão importante e valiosa seja apresentada com poucas palavras, não assinadas. Nas duas páginas iniciais do primeiro volume, lê-se:

O *Dicionário de Artistas e Artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*, organizado por Judith Martins, fundamentou-se em verbetes que a autora foi compondo, de 1940 a 1960, a partir de cópias de documentos originais levantados por pesquisadores em arquivos públicos civis e eclesiásticos de várias cidades mineiras, sob a orientação do fundador e primeiro Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rodrigo Melo Franco de Andrade. (MARTINS, 1974, p. 5).

O texto, sem assinatura, prossegue na ideia de que pouco ou nada devemos a Judith. Deliberadamente, tanto os pesquisadores quanto Rodrigo Melo é que seriam os responsáveis pelos dois volumes, adjetivados como “falhos” e “incompletos” – tanto pelas dificuldades financeiras enfrentadas pelo Sphan/Iphan desde o início, quanto pelas interrupções nas pesquisas: “O IPHAN não considera, naturalmente, o *Dicionário* obra definitiva” (MARTINS, 1974, p. 5). E termina numa homenagem a Rodrigo Melo Franco de Andrade, falecido em

1969, “o criador e incentivador deste trabalho” (MARTINS, 1974, p. 6). A extrema modéstia de Judith contrasta com a grandeza do *Dicionário*, que permanece, até os dias atuais, em sua primeira e única edição.

Judith igualmente explica, com muita modéstia e de forma singela, que Rodrigo Melo Franco de Andrade insistiu para que os funcionários do Sphan estudassem português, se matriculassem na Aliança Francesa ou na Cultura Inglesa, e que contratou uma professora de história da arte.

Era Hanna Levy. Ela tem trabalhos publicados. Era uma judia emigrada, alemã, que cursou a Sorbonne. Ela apareceu aqui por indicação de Aníbal Fernandes, de Pernambuco. Dr. Rodrigo contratou o trabalho dela; e ela dava três aulas por semana de história da arte – desde a pré-história até a arte contemporânea. (MARTINS apud THOMPSON, 2009, p. 40).

Do número 3 da *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, de 1939, no qual constam os primeiros textos de Judith Martins e a outra datilógrafa do órgão, Hércia Dias, que escreveu sobre móveis dos inconfidentes (DIAS, 1939), para o número seguinte, há expressiva diferença. O número 4 dessa revista, de 1940, é o que mais traz autoras mulheres – Judith, Hanna, Maria de Lourdes Pontual e Nair Batista. Maria de Lourdes escreveu sobre a Catedral de Salvador; Nair ocupou-se, tanto no número 3 quanto no 4, de artistas cariocas do Setecentos (com destaque para Valentim da Fonseca e Silva, mais conhecido como mestre Valentim); Judith publicou uma importante monografia sobre o pai de Aleijadinho, Manuel Francisco Lisboa; e Hanna Levy iniciou uma série de artigos considerados fundamentais pelos autores posteriores.

Hanna Levy (1912-1984), historiadora e crítica alemã que estudou em Munique e na Sorbonne, chegada ao Brasil em 1937, publicou na *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* tanto considerações mais gerais sobre a disciplina de história da arte, seus métodos e discussões conceituais, quanto estudos centrados em problemas da historiografia artística brasileira. Já existem panoramas bastante circunstanciados dessas contribuições e de sua trajetória intelectual (KERN, 2014, p. 154); neste artigo, o destaque vai para o fato de que Levy apresenta textos para a *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* do número 4 ao 9. Da primeira série do periódico, de 1937 a 1947 (houve uma interrupção entre 1947 e 1955), dos números I a II, é a autora mais publicada; e a única mulher nos números 6, 8 e 9.

Hanna Levy falou especificamente do patrimônio mineiro em “Modelos europeus na pintura colonial” (1944). Citando estudos anteriores de Luís Jardim e Salomão de Vasconcellos, Hanna Levy trata de Manuel da Costa Ataíde (1762-1830), mais especificamente de seis pinturas em madeira da capela-mor da Igreja de São Francisco de Assis em Ouro Preto. Ataíde compôs para as laterais da capela painéis sobre a história de Abraão, e Hanna Levy (1944, p. 8) apontou a fonte das iconografias usadas pelo pintor mineiro: uma *Bíblia* francesa, ilustrada por Michel Demarne entre 1728 e 1730, da qual existe um exemplar na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (advindo da Real Biblioteca portuguesa). A autora ressalta que, apesar de mestre Ataíde ter seguido os esquemas compositivos das gravuras de Demarne, soube

evidenciar alguns aspectos e por isso seus painéis não são meras “cópias”. Hanna Levy não considera Ataíde “inferior” aos artistas europeus daquele século – e nisto reside uma de suas grandes contribuições:

Específica a uma história da arte brasileira, a metodologia desenvolvida por Levy emancipou-se das abordagens europeias, sem no entanto enveredar-se pelo caminho de uma história da arte nacional ou mesmo nacionalista, em busca da essência de uma arte nacional, nos termos defendidos por Mário de Andrade e pelos adeptos da brasilidade. Ela não somente questionou o cânone europeu, mas também defendeu a importância da conceituação teórica para uma história da arte não-nacionalista e não-eurocentrista. Esse enfoque é particularmente interessante por não rejeitar a princípio as posições de fundadores da disciplina, como Wölfflin ou Max Dvořák. Ao defender as análises estruturais e formais das obras, ela revela as hierarquizações e as pré-valorizações dessas abordagens formalistas, em uma perspectiva que em décadas posteriores recebeu o nome de “crítica da ideologia” (*Ideologiekritik*), conceito desenvolvido pelos neomarxistas e pelos membros da Escola de Frankfurt. Neste sentido, é possível considerar Levy como uma das predecessoras de uma história da arte pós-colonial. (BAUMGARTEN; TAVARES, 2013, p. 6).

A abordagem de Hanna Levy permanece como uma das mais inovadoras e sugere caminhos múltiplos nas pesquisas sobre as artes mineiras. Não se tratava apenas, segundo ela, de apresentar as “origens” europeias das produções artísticas na região mineradora na colônia portuguesa nas Américas, mas sim de entendê-las em toda a complexidade tanto do contexto quanto da posição social dos artistas, muitos africanos e afro-brasileiros escravizados e forros.

A região das minas no Setecentos era marcada por uma organização social que também é tema de uma longa e importante sucessão de debates historiográficos. Não é possível remontar a toda essa sucessão no momento, mas um livro, publicado em 1975, traz alguns apontamentos que convergem para o *Dicionário* de Judith Martins. Trata-se de *Devoção e escravidão* (1975), de Julita Scarano (1925-2004), que foi professora da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), poeta e escritora. Orientada por Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), Julita investigou os documentos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário em Diamantina. Embora seu trabalho não seja de história nem de crítica de arte propriamente, suas descobertas nos papéis do Rosário diamantino trazem a explicação da construção dos templos mineiros, onde circularam os artistas e artífices citados por Judith Martins. As rivalidades entre as confrarias também jogaram a favor desses agentes (SCARANO, 1975, p. 31), que na maior parte dos casos realizavam várias atividades:

O profissional de que tratamos é todo aquele que exercitava – por conta própria, em sociedade ou por delegação – a pintura, a escultura, a talha e a arquitetura. Em outros termos, estamos falando concretamente de pintores, entalhadores, carpinteiros, marceneiros, carapinas e pedreiros.

Desde logo, surge uma dificuldade: a de pretender identificar e caracterizar o artista colonial mineiro, buscando qualificá-lo e classificá-lo de acordo com a sua categoria profissional. Tal dificuldade se deve, fundamentalmente, ao fato de que raramente esse artista atuava em uma única atividade. Exceto os pintores, os outros, normalmente, se dedicavam a mais de um setor, trabalhando ao sabor das oportunidades surgidas. (BOSCHI, 1988, p. 16).

Ressalta aos olhos, novamente, como as iniciativas de Judith Martins e Hanna Levy foram arrojadas ao tratar dos artistas mineiros do século XVIII com delicadeza e dignidade. Numa sociedade tão desigual e racista como a brasileira do século XX, essas autoras propuseram que o estudo cuidadoso das Minas setecentistas traria muitos benefícios culturais aos cidadãos brasileiros, bem como a preservação do patrimônio.

Os estudos primeiros da *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* e as publicações do órgão possibilitaram, nas décadas seguintes, a continuidade de várias discussões. Em 1969, num contexto político de repressão, o poeta, ensaísta e pesquisador Affonso Ávila (1928-2012) fundou a revista *Barroco*. Trabalhando como auxiliar de gabinete do então governador de Minas Gerais Juscelino Kubitschek (1902-1976), Affonso Ávila era figura importante da imprensa e da intelectualidade mineiras. De forma corajosa, num contexto de perseguição política em Belo Horizonte – por exemplo, o arquiteto e historiador Sylvio de Vasconcellos (1916-1979), diretor da Escola de Arquitetura da Universidade Federal e outro grande estudioso das Minas setecentistas, foi preso já no dia 31 de março de 1964, destituído do cargo e obrigado a seguir para o exílio nos EUA, do qual não retornaria –, Affonso Ávila propôs uma publicação de “ensaio e pesquisa” para o Centro de Estudos Mineiros da Universidade Federal de Minas Gerais (CEM/UFMG).

A *Barroco* começa com um texto da diplomata portuguesa Maria de Lourdes Belchior Pontes (1923-1998) sobre história literária em Portugal do início do Setecentos (PONTES, 1969), que se encaixa perfeitamente nas investigações de Affonso Ávila naqueles anos. Em 1967, o estudioso publicara *Resíduos seiscentistas em Minas*, um estudo aprofundado de textos do início do século XVIII, com destaque para o *Triunfo eucarístico*, um livreto de 1734 em que o português Simão Ferreira Machado narra a festa de inauguração da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, em Ouro Preto. Tanto o *Triunfo* quanto os estudos de Ávila e Maria de Lourdes Belchior Pontes trouxeram uma profundidade inédita para os temas das artes mineiras setecentistas. Há um paralelo entre a *Barroco* e a antiga *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* – ambos os periódicos contaram com estudos mais gerais de especialistas estrangeiras, que discutiram conceitualmente o que se poderia denominar barroco nas artes brasileiras.

A *Barroco*, nos números seguintes, traz outras mulheres dentre os autores. Mas o destaque é a que aparece no número 4 da revista, datada de 1972 – Myriam Ribeiro Silveira Tavares, que nas publicações seguintes passaria a assinar Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira (1943). Em recente entrevista (2021), Myriam Ribeiro conta que, em 1965, como estudante do terceiro ano do curso de história da UFMG, recebeu uma bolsa de estudos para a Bélgica. Em Louvain, terminou o curso de graduação, e fez mestrado e doutorado. Defendeu uma tese intitulada *O rococó religioso em Minas*

Gerais e seus antecedentes europeus. Myriam narra que um encontro com Rodrigo Melo Franco de Andrade, que foi à Bélgica para um congresso, fez com que se decidisse pela história da arte. O objetivo era se tornar servidora do Iphan.

No relato de Myriam Ribeiro, quando de seu regresso ao Brasil, em 1972, não havia concursos para o Iphan. Tornou-se pesquisadora do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha), fundado em 1971, dentre outros, por Affonso Ávila, e professora em tempo parcial na UFMG. Ela logo se tornou referência – o texto na *Barroco 4* é um estudo, muito completo, de todas as fontes a respeito do Santuário de Bom Jesus dos Matosinhos, em Congonhas (OLIVEIRA, 1972). Myriam Ribeiro publicaria mais estudos sobre o conjunto das esculturas de Aleijadinho em Congonhas.

Em 1985, ainda segundo seu relato, conseguiu a contratação para a sede do Iphan, no Rio de Janeiro, e por isso pediu transferência da UFMG para a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tornando-se hoje uma das maiores referências nos assuntos relativos às artes mineiras setecentistas. Publicou muito, tanto no Iphan quanto em periódicos e livros acadêmicos. Seria tema de outro artigo considerações sobre seus escritos, suas posturas teórico-metodológicas e a centralidade de suas atribuições e estudos técnicos numa área de estudos não desprovida de diversas e acaloradas polêmicas, como as que rondam tudo que se refere a Aleijadinho (BAUMGARTEN; TAVARES, 2013, p. 7). Mas, talvez dando alguns passos mais cautelosos, o que se pode afirmar é que muitos dos textos de Myriam Ribeiro retomam as linhas deixadas pelas servidoras do Sphan e por Hanna Levy. O cuidado com as fontes, o apreço pelos mestres mineiros, a cautela em reafirmar as antigas polêmicas entre os letrados de Ouro Preto e Belo Horizonte são alguns traços de muito do que Myriam Ribeiro escreveu. Houve um momento em sua carreira em que seu trabalho alcançou um público ainda mais amplo que o das universidades e dos servidores do Iphan, quando aceitou o convite para ser a curadora da seção “Barroca” da Mostra do Redescobrimento, em 2000, que, organizada por uma série de instituições e tendo vários financiamentos, pretendeu marcar os 500 anos do Brasil através de exposições divididas por temas, montadas em amplos espaços do Parque do Ibirapuera, e que tiveram itinerância nacional e internacional. Myriam Ribeiro escreveu “A imaginária religiosa no Brasil”, que classifica como um “estudo genérico”, para a sua curadoria. Na época, a professora e pesquisadora esteve presente em muitos momentos, da montagem aos treinamentos oferecidos a todos aqueles que iriam trabalhar na Mostra, bem como em palestras para o público em geral.

Myriam Ribeiro estabeleceu a imaginária como o centro da sua curadoria, e propôs, através de estudos técnicos, estilísticos e documentais, o estabelecimento de escolas regionais de escultura. As peças selecionadas foram divididas em seções denominadas Portugal, Oficinas Beneditinas, Oficinas Franciscanas e Carmelitas, Oficinas Jesuíticas, Escola Baiana, Escola Mineira, Goiás, Escola Pernambucana, Escola Maranhense e do Grão-Pará, Iconografia, Imagens Processuais, Talha Dourada, Oratórios e Presépios, Técnica e Prataria. Em todos os casos, a autora reforçava a necessidade de observar detalhes, muitas vezes tidos como “pequenos” ou “irrelevantes” pelos não especialistas – os gestos, o formato dos olhos, das mãos,

o movimento das vestes. O conhecimento de hagiografia, de história sagrada, das devoções eruditas e populares era citado a todo momento pela historiadora.

Logo na noite de inauguração da Mostra do Redescobrimento, em 23 de abril de 2000, houve uma controvérsia em relação ao módulo do Barroco, curado por Myriam – a cenografia de Bia Lessa não foi bem recebida por parte considerável do público. A polêmica continuou durante os meses que se seguiram. As imagens de santos, de Nossa Senhora ou Santa Ana apareciam num espaço escuro, embaixo de focos de luz, acompanhadas de flores roxas e outros elementos, que aludiam à liturgia católica. Nunca nenhuma exposição de imaginária barroca se apresentara antes daquela maneira. A música e a voz da cantora baiana Maria Bethânia, declamando trechos dos sermões de Padre Antônio Vieira, irrompiam em determinados trechos do percurso expositivo.

Na imprensa, nos meios acadêmicos, muito se falou de uma “espetacularização” do barroco no segmento da Mostra do Redescobrimento, e há dissertações, teses e artigos a respeito disso. A própria Mostra, em si, suscitava apaixonadas defesas e recusas; e dentro desse turbilhão, a proposta visual de Bia Lessa para uma parte identificada como uma das mais importantes, porque ligada a conceitos de nacionalidade, era lida como heterodoxa demais. Uma crítica recorrente é que luzes, sons e cenários impediam a visualização das peças, muitas vezes pequenas ou delicadas. Já outros analistas diziam que existia uma proximidade inédita com aquelas esculturas, que era possível chegar bem perto de algumas e que todas, ao surgir num lugar tão “contemporâneo” como os espaços do grande edifício da Bienal, ao redor de um aparato inusitado, teriam sido ressignificadas e repostas em sua importância.

De qualquer forma, o próprio texto e as escolhas da curadora Myriam Ribeiro, a nosso ver, não foram tão comentados quanto deveriam. Independente da cenografia de Bia Lessa, que é considerada uma das mais marcantes nas últimas décadas, pouca gente atentou para o fato de que Myriam Ribeiro e sua equipe pesquisaram acervos públicos e particulares do país inteiro, o que nunca havia sido feito nessa escala. Religiosos, leigos de diversas irmandades, servidores das superintendências regionais do Iphan, museus, colecionadores, se uniram e cederam peças consideradas obras-primas. Vinte e três anos depois, o Catálogo da seção Barroca é ainda surpreendente pela abrangência verdadeiramente nacional e pelo empenho de Myriam Ribeiro em se comunicar com o grande público. Na Introdução ao Catálogo, o curador geral da Mostra Nélson Aguilar escreveu:

Essas instituições são fomentadas pela curadoria de Myriam, balizada pelos longos anos de dedicação ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, assim como por seu magistério, onde tenta quebrar, pelo exemplo, a timidez dos alunos assustados com a autoridade dos estrangeiros e dos brasileiros da chamada “geração heroica do IPHAN”, sob a liderança carismática de Rodrigo Melo Franco de Andrade. (AGUILAR, 2000, p. 35).

Para Aguilar, Myriam Ribeiro foi a autora que fez a ponte entre os fundadores da área de estudos das Minas setecentistas e as gerações seguintes. A atividade como professora, a participação em congressos e como palestrante, e o quanto deixou

em textos no Iphan – seus *Roteiros de Patrimônio* são leitura obrigatória para quem pretende conhecer centros e cidades históricas em todo o país, acessíveis integral e gratuitamente no *site* do Iphan – tudo convergiu numa continuidade, mas também numa ampliação no acesso à informação qualificada pela erudição, pela pesquisa direta das fontes manuscritas, pelo cuidado com os detalhes.

Em 2003, Myriam Ribeiro retomou sua tese de doutoramento, defendida na Bélgica, e *O rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus* saiu como livro. A tese fora revista e ampliada em duas décadas, e saiu dedicada à memória do orientador, o professor Jacques Lavalleye, da Universidade Católica de Louvain, e à de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Myriam registra agradecimentos aos seus “companheiros de trabalho do IPHAN [...] em especial os nomes de alguns que já não são deste mundo, como Judith Martins” (OLIVEIRA, 2003, p. 9). Assim como agradeceu ao pessoal do Iphan, a professora agradece aos estudantes de suas turmas – a dupla natureza de sua atuação, iniciada em 1972, permaneceu.

O livro de Myriam tem uma hipótese que causou certos desconfortos em alguns círculos – a de que os famosos templos mineiros, tão decantados, não poderiam ser denominados “barrocos”, e sim “rococós”. Tanto plantas baixas quanto fachadas retilíneas, aponta Myriam, muitas vezes foram “deixadas de lado” para que curvas e elipses se destacassem na historiografia, para provar a filiação dessas construções ao que os autores europeus chamaram de “barroco”, e também para propor uma visão nacionalista, que privilegiaria a “originalidade” dos templos mineiros, pensados por uma sociedade “muito específica”, a do ouro e das pedras preciosas nas serras do Setecentos. A essas visões, Myriam contrapõe com um vasto conhecimento da produção portuguesa, tentando estabelecer paralelos e ligações entre o que se fazia na região mineradora no Brasil e o restante do que se denominou império colonial português.

Restarão, às gerações seguintes de pesquisadoras, de estudiosas das artes mineiras do século XVIII, continuidades e/ou rupturas. Mas, seguramente, tudo o que é feito hoje – e por muitas mulheres, servidoras do Iphan, professoras de todos os níveis de ensino, pesquisadoras em órgãos públicos ou funcionárias de empresas particulares – tem em si a força do que Judith Martins, Hanna Levy, Myriam Ribeiro de Oliveira, dentre outras, articularam.

SOBRE A AUTORA

PAULA FERREIRA VERMEERSCH é docente do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) de Presidente Prudente.
p.vermeersch@unesp.br
<https://orcid.org/0000-0001-5887-4593>

REFERÊNCIAS

- ANTÔNIO Francisco Lisboa: o Aleijadinho. Publicações do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, MES, n. 15, 1951.
- AGUILAR, Nelson (Org.). *Mostra do redescobrimento: arte barroca*. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo e Associação Brasil 500 Anos Artes Visuais, 2000.
- BAUMGARTEN, Jens; TAVARES, André. O Barroco colonizador: a produção historiográfico-artística no Brasil e suas principais orientações teóricas. *Perspective* (online) 2, 2013, p. 1-22. <https://doi.org/10.4000/perspective.5538>.
- BOSCHI, Caio C. *O barroco mineiro: artes e trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- COSTA, Lúcio. Prefácio. In: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e seus tempos*. Coletânea de textos sobre artes e letras. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986, p. 5-10.
- CAMPOS, Yussef D. S. Mulheres do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). *O Estado de S. Paulo*, 28/9/2020.
- DIAS, Hércia. O mobiliário dos inconfindentes. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 3, 1939, p. 163-172.
- ENTREVISTA com Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira: “Rococó, cultura barroca e iconografia religiosa no Setecentos: fontes e possibilidades de pesquisa (Brasil e Portugal)”. Entrevista concedida via correio eletrônico a Anna Carolina Vilela Siqueira e Vanessa Cerqueira Teixeira. *Temporalidades*, edição 35, v. 13, n. 1, jan.-jun. 2021, p. 994-998.
- KERN, Daniela Pinheiro Machado. Hanna Levy e a história da arte brasileira como problema. In: EHA – ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 10. *Atas...*, 2014, p.153-160.
- LEVY, Hanna. Modelos europeus na pintura colonial. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 8, 1944, p. 7-66.
- MARTINS, Judith. Apontamentos para a bibliografia de Antônio Francisco Lisboa. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 3, 1939, p. 179-205.
- MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Publicações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 27, 1974, p. 5-6.
- OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. *O rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. O Aleijadinho e o Iphan de Rodrigo Ferreira Bretas a Rodrigo Melo Franco de Andrade. In: IPHAN. *A terra mais perto do céu: bicentenário da morte de Aleijadinho – 1738-1814*. Iphan: 2014, p. 4-6.
- PONTES, Maria de Lourdes Belchior. História literária e história das ideias estéticas. A teorização do barroco na Península Ibérica: Gracián impugnado por F. Leitão Ferreira. *Barroco*, n. 1, 1969, p. 9-14.
- SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1975.
- TAVARES, Myriam Ribeiro Silva. Os Passos do Aleijadinho em Congonhas do Campo: evolução histórica e análise crítica. *Barroco* 4, 1972, p. 35-55.
- THOMPSON, Analucia (Org.). *Entrevista com Judith Martins*. Rio de Janeiro: Iphan/DAF/Copedoc: 2009.
- URIBARREN, María Sabina. Parcerias e aspectos materiais da primeira edição dos livros sobre o barroco brasileiro de Germain Bazin. *Anais do Museu Paulista*, n. 30, 2022, p. 1-50.